

---

**O duplo fardo dos trabalhadores que prestam cuidados. Conferência internacional da FECVT, Bona. 24-26 de Novembro de 1994.**

A família continua ainda a ser a maior instituição providencial em todo o mundo. Muitas dos seus membros que prestam cuidados são ao mesmo tempo trabalhadores empregados e, por isso, têm de enfrentar, para além das dificuldades que comporta aquele papel de prestador, ainda os problemas do seu próprio emprego. Enquanto o trabalho pode ter uma influência positiva nos cuidados, a inversa raramente se verifica, sendo o impacto dos cuidados familiares no local de trabalho considerado muito desfavorável.

A situação das pessoas com o duplo fardo de trabalhadores e prestadores constituiu precisamente a problemática central desta conferência promovida pela Fundação Europeia para as Condições de Vida e de Trabalho, com o apoio da presidência alemã da União Europeia.

As políticas sociais da generalidade dos países têm vindo a consagrar medidas que favorecem a prestação de cuidados a crianças e a deficientes mas tardam as medidas de apoio a quem toma conta de idosos, nomeadamente as destinadas a compatibilizar esta função com o emprego. Apesar de existirem já determinações nesse sentido da parte da Organização Internacional de Trabalho e de, recentemente, quer o Livro Branco sobre a Política Social Europeia quer o Livro Branco sobre o Crescimento e a Competitividade reconhecerem a necessidade de enfrentar o problema, os estados membros hesitam em assumir novas e mais pesadas responsabilidades em matéria de políticas sociais, enquanto que as organiza-

ções patronais, mal refeitas da crise, se esforçam por manter o problema fora do âmbito da empresa, ou seja, tratando-o como um assunto da esfera privada dos trabalhadores.

Algumas interrogações se colocavam à partida: qual a influência que a prestação de cuidados tem sobre a carreira profissional? Quais são os problemas específicos de quem combina um emprego remunerado com a prestação de cuidados a um familiar idoso ou deficiente? Que ajustamentos, apoio ou soluções podem esperar essas pessoas dos seus patrões?

A conferência pretendia não só avaliar a extensão do problema nos diferentes países da UE como ainda debater as iniciativas pontuais levadas a cabo a nível das empresas, numa altura em que a evolução demográfica e as transformações sociais apontam para uma perda de importância dos cuidados às crianças relativamente aos cuidados aos idosos. É certo que a melhoria da qualidade de vida laboral daqueles que prestam cuidados não depende apenas de iniciativas tomadas no local de trabalho e é influenciada também pelas condições existentes fora deste, tais como a disponibilidade de serviços domiciliários ou de outros apoios da segurança social, mas às empresas se reconhece um especial dever de intervenção, nomeadamente no domínio da informação aos seus trabalhadores.

Para além de agentes de intervenção social e de académicos, estiveram presentes representantes das organizações patronais e laborais e dirigentes de ONG's, num total de cerca de 60 pessoas que se distribuíram por oito secções de trabalho orientadas quer para a sensibilização e a intervenção no local de trabalho (incluindo temas como o do papel dos patrões, o do papel dos sindicatos, o da perspectiva dos prestadores e o do papel das organizações

de prestadores e das ONG's) quer para a melhoria das perspectivas de emprego dos prestadores (incluindo, neste caso, os temas da organização de trabalho, das medidas de emprego e de mercado de trabalho, das tecnologias ao serviço dos prestadores empregados e da reorientação dos serviços colectivos).

Dentre os trabalhos apresentados salientaria um estudo promovido pela OIT — interessada em encorajar a assinatura pelos Estados membros de dois instrumentos importantes sobre esta matéria (vd. Convenção 156 e Recomendação 165) — e realizado em seis países (Austrália, Canadá, França, Japão, Suécia e Estados Unidos) que conclui que, apesar do desejo generalizado de evitar a institucionalização dos idosos e permitir que estes permaneçam o maior tempo possível nas suas casas, os governos mostram-se muito reticentes em assegurar os serviços de cuidados a domicílio aos idosos com receio de se substituírem aos serviços familiares existentes e de gerarem no público expectativas a que não podem responder por razões financeiras. O estudo é, contudo, muito elucidativo quanto ao elevado encargo que representa para os trabalhadores cuidar dos próprios familiares, especialmente para as mulheres que são muitas vezes obrigadas por esse motivo a reduzir o seu tempo de trabalho, a antecipar a sua reforma ou a renunciar ao exercício de uma actividade remunerada. Uma das conclusões principais do estudo é a de que o agravamento crescente da situação dos idosos carentes de cuidados e dos trabalhadores que prestam cuidados acabará por chamar tanto a atenção da opinião pública como no passado o problema da guarda das crianças e, então, as autoridades serão forçadas a intervir.

O relato de algumas experiências, em vários países, mostrou ainda que algo se pode fazer a favor daqueles que combinam trabalho e prestação de cuidados. Por

exemplo, no domínio da organização do trabalho, é possível estabelecer convenções colectivas para facilitar essa combinação, flexibilizar e individualizar os horários de trabalho para melhorar a autonomia dos prestadores de cuidados, ou contabilizar o trabalho a longo tempo por forma a permitir ao trabalhador que presta cuidados gozar de períodos de licença para esse efeito sem perda de remuneração. ■

Pedro Hespanha

---

#### XIV Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada

O XIV Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada realizou-se em Agosto do ano passado na Universidade de Alberta, em Edmonton, Canadá. Quase meio ano mais tarde, não se justificaria falar do acontecimento, a que, aliás, a imprensa portuguesa deu, com razão, algum destaque na altura. À prestigiada organização presidida, com muito êxito, durante os últimos três anos, a conhecida professora da Universidade de Lisboa, Maria Alzira Seixo. Com o empenhamento e dinamismo que todos lhe conhecem, Maria Alzira Seixo conseguiu, nesses três anos, triplicar o número de Associados da AILC por esse mundo fora, incluindo, claro está, o nosso país. No Congresso de Edmonton, Portugal esteve muito bem representado, não só em quantidade, mas também, passe a imodéstia patriótica, em qualidade — ou não tivesse sido José Saramago o seu convidado de honra. Na entrega de testemunho de Maria Alzira Seixo ao novo presidente da AILC, o americano Gerald Gillespie, os comparatistas portu-